

Investimento paralisado e falta de estabilidade na regulamentação podem impedir retomada NA INFRA-ESTRUTURA, INCERTEZAS

Houve pouco avanço no setor de infra-estrutura durante o primeiro ano de governo. A falta de investimentos em energia e transporte pode ser um gargalo à retomada do crescimento econômico. No setor elétrico, houve suspensão de todos os novos projetos. O modelo regulatório, inicialmente previsto para junho, foi adiado sucessivamente até sair por Medida Provisória em dezembro, sob uma saraivada de críticas, e ainda depende de aprovação do Congresso.

Nas telecomunicações, os desentendimentos entre o Ministério das Comunicações e a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) deixaram os investidores preocupados. No saneamento, área de infra-estrutura mais carente de investimento, o chamado marco regulatório ainda está para ser definido. Precisam ser criadas as regras para a participação da iniciativa privada, com o objetivo de fazer frente a uma necessidade de investimento de R\$ 178 bilhões até 2020.

Em outubro, o ministro do Planejamento, Guido Mantega, apresentou o projeto do governo para as parcerias público-privadas em investimentos do setor público, mas a complexidade do assunto e várias dúvidas dos investidores indicam que o esquema pode demorar a decolar.

O setor de eletricidade não espera grandes investimentos em 2004, apontado como "de adaptação". A retomada, na melhor das hipóteses, virá somente em 2005. A Câmara Brasileira de Investidores de Energia Elétrica (CBIEE), órgão que congrega os 15 principais investidores privados no País, nacionais e estrangeiros, calcula em R\$ 20 bilhões anuais a necessidade de aplicação de recursos em geração, transmissão e distribuição de energia para garantir um crescimento de 3,4% do Produto Interno Bruto (PIB) ao ano. Pelo menos R\$ 11 bilhões viriam da iniciativa privada, que este ano se restringiu a iniciativas marginais.

Paralisação - "O agravamento da insegurança regulatória provocou uma paralisia generalizada", diz Claudio Sales, presidente do CBIEE. Ele não arrisca uma cifra para os investimentos de 2003 ainda, mas assegura que as empresas "limitaram-se a realizar o mínimo, em projetos já em andamento e que não podiam ser interrompidos". A organização representa os grupos responsáveis por 61% da distribuição de energia de todo o País e 28% da geração, como AES, Iberdrola, EDF, VBC, entre outros.

A chefe do Centro de Energia do Ibre, da Fundação Getúlio Vargas, Goret Paulo, concorda com a avaliação de que 2003 foi um ano perdido em relação aos empreendimentos em energia elétrica: "Este foi um ano de total paralisação das decisões de investimentos. Novos projetos foram adiados ou mesmo cancelados e os gastos se resumiram à manutenção do sistema."

Para ela, a retomada ficará adiada em dois anos. O setor, intensivo em capital, somente no longo prazo dá retorno ao investimento. E não há como garantir que os empreendedores afugentados este ano retornem no próximo, quando as novas normas estão ainda em análise e com possibilidade de mudança.

Goret argumenta que as incertezas para 2004 não se resumem aos investidores mas, principalmente, aos financiadores dos projetos. "A grande pergunta é: o setor será capaz de atrair financiamento? O contrato de compra e venda de energia terá peso suficiente para servir de garantia?", indaga. Ela lembra que o setor elétrico vem administrando graves crises desde 1993, quando era totalmente estatal e recebeu aporte de US\$ 28 bilhões do Tesouro para cobrir a ciranda de inadimplência que se espalhou por todas as companhias.

Ao contrário das telecomunicações, regidas por uma lei específica, o modelo elétrico lançado há dez dias pelo governo se reporta a mais de 50 leis diferentes e a mais de 500 resoluções da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), como chama a atenção a analista.

"Na parte relativa à infra-estrutura, o desempenho do governo este ano certamente foi decepcionante", resume Júlio Sérgio Gomes de Almeida, diretor-executivo do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (Iedi), organização empresarial que tem contribuído com órgãos do governo no fornecimento de estudos e diagnósticos do setor.

Destacando a baixa taxa de investimento do País, que este ano deve ser pouco superior a 17%, Almeida aponta como principal motivo para uma aplicação de recursos tão fraca a infra-estrutura. "É um problema qualitativo e quantitativo. Para um crescimento sustentável, necessitaríamos de

uma taxa de investimento entre 22% e 25%. Mas o País, que tem empresas ultramodernas, perde competitividade em logística."

Desentendimento - Nas telecomunicações, o ano foi marcado por uma série de conflitos entre o governo e a Anatel. No principal deles, em julho, o ministro das Comunicações, Miro Teixeira, discordou do reajuste de telefonia fixa homologado pela Anatel e incentivou os consumidores a questioná-lo na Justiça, que ainda não deu uma decisão definitiva sobre o assunto.

O destaque, tanto em crescimento quanto em investimentos, foi a telefonia móvel. O número de celulares ultrapassou o total de linhas fixas em serviço.

A base de telefones fixos ficou praticamente estagnada, apesar de existirem cerca de 10 milhões de linhas em estoque. A universalização do serviço foi barrada pela má distribuição de renda.

Em outubro, o diretor-geral da Telefônica São Paulo, Manoel Amorim, criticou a ausência de uma política pública para telecomunicações. "Não existe uma visão precisa de futuro, que esteja à altura dos recursos que existem para serem investidos", explicou Amorim. "Existem recursos abundantes no mundo para onde tem visão. Estamos ficando para trás."

Para a analista Juliana Abreu, da Pyramid Research, as divergências entre o ministério e a Anatel tiveram um impacto negativo no mercado, pois aumentaram a incerteza no cenário regulatório. Segundo ela, o governo precisaria desenhar um plano para o setor nos próximos cinco anos, como foi feito à época da privatização.

"É necessário articular um plano, sinalizando como o mercado vai crescer e se expandir", explicou Juliana. Ela destacou, porém, que as metas precisam ser realistas. O grande desafio para a política de telecomunicações seria ampliar a universalização, levando telefonia para consumidores de baixa renda, e, ao mesmo tempo, propor serviços que sejam viáveis do ponto de vista das operadoras.

Saúde - No saneamento, existe muito a ser feito.

Apesar de o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) ter apontado que 68,1% das residências brasileiras tinham saneamento no ano passado, se forem levadas em conta as ligações à rede geral de esgoto, o percentual cai para 46,4%, menos que a telefonia.

"É um problema de saúde pública", disse o diretor do Departamento de Meio Ambiente e Energia do Instituto de Engenharia, João Eduardo Cavalcanti.

"Existem estudos apontando que, a cada R\$ 1 investido em saneamento, o governo economizaria R\$ 4 na saúde."

O próprio Ministério das Cidades calcula que o setor precisaria de investimentos de R\$ 9 bilhões por ano. Mesmo assim, o orçamento deste ano destinou somente R\$ 350 milhões para o saneamento, somados a R\$ 1,4 bilhão da Caixa Econômica Federal, recursos liberados somente em novembro. "O investimento em saneamento poderia criar milhões de empregos, principalmente para mão-de-obra pouco qualificada", destacou Cavalcanti.

Existem vários projetos de lei no Congresso com o objetivo regularizar o saneamento. O enviado pelo governo prevê parcerias entre o poder público e a iniciativa privada, com contratos de concessão de 20 a 30 anos, e uso de bancos oficiais e instituições internacionais. Nesta discussão, a maior polêmica diz respeito à titularidade: se o responsável pelo setor é o município ou o governo estadual. O marco regulatório para o setor ficou para o ano que vem.